

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018  
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃORELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018  
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi mais um ano de grandes desafios à economia do País, onde os indicadores macroeconômicos brasileiros confirmaram uma tendência de crescimento econômico, ainda tímida, após um razoável período de recessão, decorrente de uma severa instabilidade política e econômica, iniciada em 2015. A Administração, diante desse cenário incerto, manteve o objetivo de fazer a Empresa crescer, superando as adversidades. Para isso, foram estabelecidas metas estratégicas mais ousadas e intensificadas as ações corporativas que pautaram a busca incessante da eficiência operacional. Também foi intensificado um rígido controle administrativo-financeiro, otimizando, assim, a utilização dos recursos disponíveis. Nesse sentido, a Empresa se manteve fiel ao compromisso de cumprir com a sua missão e a satisfazer, da melhor forma, as demandas e necessidades das partes interessadas. Como consequência dessas ações e mesmo diante desse cenário recessivo, a EMGEPRON obteve um resultado econômico positivo, no corrente ano. Para 2019, a Administração reitera a sua confiança na retomada do desenvolvimento do País e especialmente na recuperação do setor militar naval das indústrias de defesa, reafirmando a convicção de construir uma EMGEPRON mais eficiente. Finalizamos agradecendo a dedicação, competência e o comprometimento de toda a força de trabalho e o constante apoio da Marinha do Brasil, bem como dos nossos clientes e fornecedores, cuja parceria, envolvimento e confiança são fundamentais para o sucesso da Empresa.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	04	2.754.456	88.744	Gerenciamento de recursos MB	13	23.499	33.991
Contas a receber	05	15.020	19.667	Obrigações trabalhistas	14	11.916	11.982
Depósitos em garantia	06	2.220	10.100	Adiantamentos de clientes	15	11.407	8.521
Tributos a recuperar	07	15.671	10.002	Obrigações tributárias	16	5.400	7.444
Adiantamentos	08	27.311	9.618	Fundo de assistência médica	17	2.226	3.002
Estoques	09	6.870	8.107	Garantias recebidas	18	1.099	2.511
Outros direitos circulante		7	4	Fornecedores		711	584
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.821.555</b>	<b>146.242</b>	Dividendos	19	10.801	181
				Outras contas a pagar		260	402
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>67.319</b>	<b>68.618</b>
<b>Não circulante</b>							
Depósitos para recursos	10	14.604	12.561	Provisão para contingências	20	4.517	4.637
Imobilizados	11	26.840	25.932	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.517</b>	<b>4.637</b>
Intangível	12	4.069	3.265				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>45.513</b>	<b>41.758</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>71.836</b>	<b>73.255</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
				Capital social	21	97.076	96.551
				Adiantamento para futuro aumento de capital	22	2.645.821	-
				Reserva de lucros		52.335	18.194
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.795.232</b>	<b>114.745</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.867.068</b>	<b>188.000</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.867.068</b>	<b>188.000</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>			
Receita bruta de vendas de bens e serviços		174.994	184.349
Deduções de tributos sobre receita operacional		(26.298)	(26.480)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>148.696</b>	<b>157.869</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos com pessoal	24	(92.282)	(95.367)
Custos com serviços contratados	25	(26.554)	(32.193)
Custos com materiais	26	(13.773)	(10.716)
		<b>(132.609)</b>	<b>(138.276)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>16.087</b>	<b>19.593</b>
<b>Despesas administrativas</b>			
Despesas com pessoal	27	(15.957)	(14.894)
Despesas com serviços contratados	28	(3.181)	(3.955)
Despesas com materiais	29	(331)	(377)
Despesas com depreciações e amortizações		(1.178)	(6.255)
		<b>(20.647)</b>	<b>(25.481)</b>
Outras receitas e despesas		(361)	(544)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(4.921)</b>	<b>(6.432)</b>
Receitas financeiras	30	67.758	9.081
Despesas financeiras	30	(125)	(1.867)
<b>Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda</b>		<b>62.712</b>	<b>782</b>
Imposto de renda e contribuição social	31	(17.245)	(20)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>45.467</b>	<b>762</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
<b>Resultado do exercício</b>	<b>45.467</b>	<b>762</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>45.467</b>	<b>762</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$)

## Sumário de Siglas e Abreviaturas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AMAZUL	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
AMPORT	Associação dos Terminais Portuários de Uso Privativo e das Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
BACEN	Banco Central do Brasil
BACS	Base Almirante Castro e Silva
BB	Banco do Brasil
BB DTVM	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BHMN	Base de Hidrografia da Marinha do Brasil
BID	Base Industrial de Defesa
BNA	Base Naval de Aratu
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNVC	Base Naval de Val-de-Cães
CCT	Corveta Classe-Tamandaré
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CHM	Centro de Hidrografia da Marinha
CMS	Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COGESN	Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear
COLOG	Comando Logístico
ComOpNav	Comando de Operações Navais
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTMSP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DabM	Diretoria de Abastecimento da Marinha (continua)
(continuação)	
DCTIM	Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha
DEN	Diretoria de Engenharia Naval
DPC	Diretoria de Portos e Costas
DSAM	Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
FAJCMC	Fábrica Almirante Jurandy da Costa Müller de Campos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GNHo	Grupamento de Navios Hidroceanográficos
HNMD	Hospital Naval Marçílio Dias
IASB	International Accounting Standards Board
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICN	Itaguaí Construções Navais
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMBEL	Indústria de Material Bélico
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRPJ	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS	Imposto Sobre Serviços
LFM	Laboratório Farmacêutico da Marinha
LSITec	Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico
MB	Marinha do Brasil
MPI	Matéria Prima Industrializada
NaPa	Navio Patrulha
OMPS	Organizações Militares Prestadoras de Serviços
PAMSE	Plano de Assistência Médico Social da EMGEPRON
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAT	Programa de Apoio ao Trabalhador
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PF	Pessoa Física
PJ	Pessoa Jurídica
QGEX	Quartel-General do Exército
RIDEX	Rio International Defense Exhibition
SRF	Secretaria da Receita Federal
SUPLAN	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
USP	Universidade de São Paulo

## 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A EMGEPRON foi constituída em 11 de junho de 1982, conforme a Lei nº 7.000 de 9 de junho de 1982, como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidades:  
I - Promover a Indústria Militar Naval Brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;  
II - Gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e  
III - Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material Militar Naval.

## 02 - BASE DE PREPARAÇÃO

## 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela CVM e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB. Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

## 2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

## 2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Total Reserva de lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>94.344</b>	-	<b>8.012</b>	<b>11.808</b>	<b>19.820</b>	-	<b>114.164</b>
Incorporação de reserva de investimentos ao capital social	2.207	-	-	(2.207)	(2.207)	-	-
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	762	762
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	-	38	-	38	(38)	-
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(181)	(181)
. Constituição da reserva de investimentos	-	-	-	543	543	(543)	-
<b>Saldo em 30 de dezembro de 2017</b>	<b>96.551</b>	-	<b>8.050</b>	<b>10.144</b>	<b>18.194</b>	-	<b>114.745</b>
Incorporação de reserva de investimentos ao capital social	525	-	-	(525)	(525)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.645.821	-	-	-	-	2.645.821
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.467	45.467
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	-	2.273	-	2.273	(2.273)	-
. Constituição da reserva de investimentos	-	-	-	32.393	32.393	(32.393)	-
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(10.801)	(10.801)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>97.076</b>	<b>2.645.821</b>	<b>10.323</b>	<b>42.012</b>	<b>52.335</b>	-	<b>2.795.232</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método direto)  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	167.883	180.616
Rendimentos financeiros	37.282	8.660
Gastos com pessoal	(105.718)	(94.610)
Pagamentos de fornecedores	(30.684)	(37.192)
Pagamentos de tributos	(51.647)	(37.762)
Gastos com o plano de assistência médica	(7.188)	(7.268)
Garantias concedidas	7.309	(1.658)
Garantias recebidas	7.896	(2.104)
Participação a empregados - PLR	-	(351)
Outros valores recebidos (pagos)	372	(4.113)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>25.505</b>	<b>4.218</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Investimentos	(2.784)	(783)
Imobilizado	(2.649)	(1.814)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(5.433)</b>	<b>(2.597)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.645.821	-
Dividendos	(181)	(997)
<b>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>2.645.640</b>	<b>(997)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>2.665.712</b>	<b>624</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>	<b>88.744</b>	<b>88.120</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do período</b>	<b>2.754.456</b>	<b>88.744</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017		
<b>1) Receitas</b>				
Vendas de produtos e serviços e não operacional	174.994	184.349		
Outras receitas operacionais	806	423		
<b>2) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais consumidos	(3.529)	(2.304)		
Custo das mercadorias para revenda	(10.510)	(8.789)		
Energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(30.343)	(36.108)		
<b>3) Valor adicionado bruto (1-2)</b>				
	<b>131.418</b>	<b>137.571</b>		
<b>4) Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.193)	(6.267)		
<b>5) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>				
	<b>130.225</b>	<b>131.304</b>		
<b>6) Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	67.758	8.980		
<b>7) Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>				
	<b>197.983</b>	<b>140.284</b>		
<b>Pessoal e administradores</b>	<b>108.238</b>	<b>55%</b>	<b>110.262</b>	<b>79%</b>
Salários, vantagens e encargos	95.146	48%	97.130	69%
Benefícios a empregados	13.092	7%	13.132	9%
<b>Tributos</b>	<b>44.088</b>	<b>22%</b>	<b>27.319</b>	<b>19%</b>
Impostos, taxas e contribuições	44.088	22%	27.319	19%
<b>Instituições financeiras</b>	<b>190</b>	<b>0%</b>	<b>1.941</b>	<b>1%</b>
Juros, variações cambiais e monetárias	190	0%	1.941	1%
<b>Acionistas</b>	<b>45.467</b>	<b>23%</b>	<b>762</b>	<b>1%</b>
Dividendos	10.801	5%	181	0%
<b>Lucro retido/prejuízo do período</b>	<b>34.666</b>	<b>18%</b>	<b>581</b>	<b>0%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

onde a Empresa atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado. As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e  
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

## 2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 24 de janeiro de 2019.

## 03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

## a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Sua mensuração é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

## b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

## c. Ativos circulante e não circulante

## - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em

montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um

o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o quarto trimestre de 2018, a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

#### - Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

#### d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

#### - Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

#### - Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### - Incentivos Fiscais

A Empresa não possui incentivos fiscais.

#### - Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Considera, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### e. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03.

#### f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### g. Gerenciamento de risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos visando o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas para gerenciamento do risco estão apresentadas na Nota Explicativa nº 34.

#### h. Capital social

O capital social da Empresa é 100% da União, logo, a mesma não possui ações no mercado de capitais.

#### 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
Fundo rotativo de caixa	10	9
Bancos conta movimento	319	4.400
Títulos vinculados ao mercado aberto	2.754.127	84.335
<b>Total</b>	<b>2.754.456</b>	<b>88.734</b>

Os "Títulos Vinculados ao Mercado Aberto" são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Comum e Exclusivo (aplicado no Banco do Brasil DTVM S/A e na Caixa Econômica Federal conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 05 – CONTAS A RECEBER

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
LFM	3.363	2.539
HNMD	444	421
AMRJ	-	2.307
CMS	-	147
DCTIM	-	643
DPC	-	7.759
DSAM	-	56
Outros MB	94	183
<b>Soma – MB</b>	<b>3.901</b>	<b>14.055</b>
Departamento de Logística QGEx	8.052	1.331
ICN	936	698
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
AMAZUL	300	210
IMBEL	199	-
Governo da Namíbia	193	-
Avibrás Indústria Aeroespacial	150	-
PETROBRÁS	-	10
SUPLAN	-	2.724
Outros Extra MB	974	324
<b>Soma – Extra MB</b>	<b>11.140</b>	<b>5.633</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-21	-21
<b>Total</b>	<b>15.020</b>	<b>19.667</b>

#### 06 – DEPÓSITOS EM GARANTIA

Depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para fiel execução de contratos por serviços a serem prestados e por conta de adiantamentos recebidos de clientes, conforme demonstrado abaixo:

CLIENTE	DATA	VENCTº	TÍTULO	2018	2017
				R\$/1.000	R\$/1.000
DEN	08/10/2014	03/01/2018	CDB(BB)	-	8.039
Chile	04/12/2014	08/11/2019	CDB(BB)	177	177
Chile	06/05/2015	09/04/2020	CDB(BB)	105	105
IMBEL	11/05/2015	18/10/2018	CDB(BB)	-	133
GNHO	04/07/2018	02/01/2019	CDB(BB)	340	-
COLOG/	21/12/2017	24/07/2020	CDB(BB)	406	912
BAST					
COLOG	27/03/2017	04/11/2019	CDB(BB)	351	-
COLOG	26/12/2017	28/02/2019	CDB(BB)	67	-
Garantia	23/01/2017	-	CAUÇÃO	-	62
Exterior					
Aluguel	22/01/2017	31/03/2019	CAUÇÃO	256	256
AMAZUL					
COGESN	14/11/2018	04/12/2019	CDB(BB)	168	-
COLOG	13/12/2018	27/01/2020	CDB(BB)	168	-
Rendimentos	182	416			
Auferidos					
<b>Total</b>				<b>2.220</b>	<b>10.100</b>

#### 07 – TRIBUTOS A RECUPERAR

Correspondem, basicamente, às retenções de impostos e contribuições por órgãos públicos, efetuados sobre o faturamento da EMGEPRON e retenções de imposto de renda sobre aplicações financeiras do Projeto CCT, por força da legislação, cujos valores serão compensados oportunamente.

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
IRRF sobre aplicação financeira CCT	8.030	-
Imposto de renda retido na fonte	5.606	7.884
Contribuição social retida na fonte	1.166	1.500
INSS retido na fonte	803	-
Outros	66	618
<b>Total</b>	<b>15.671</b>	<b>10.022</b>

#### 08 – ADIANTAMENTOS

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
1) Adiantamentos a fornecedores	25.549	7.535
2) Adiantamentos a empregados	1.762	2.083
<b>Total</b>	<b>27.311</b>	<b>9.618</b>

1) Os Adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos para Apoio Técnico Operacional: do AMRJ no valor de R\$ 16.732, do LFM no valor de R\$ 3.863mil, da DSAM no valor de R\$ 2.857; e

- Outros fornecedores no valor total de R\$ 2.097 mil.

2) Os Adiantamentos a empregados referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos de férias a empregados, no valor de R\$ 1.739 mil; e

- Adiantamentos de salário a empregados, no valor de R\$ 23 mil.

#### 09 – ESTOQUES

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
1) Estoques – MPI - FAJCMC	6.863	8.102
2) Estoques – Publicações - Filial Niterói	7	5
<b>Total</b>	<b>6.870</b>	<b>8.107</b>

#### 11 – IMOBILIZADO

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Deprec./ Amort. No período	Valor Depreciável 31/12/2017
Obras civis	4%	11.047	-	-	(627)	11.575
Móveis e utensílios	10%	498	43	(71)	(131)	601
Equip. processamentos dados	20%	326	197	-	(157)	285
Veículos	20%	322	173	(208)	(91)	240
Máquinas e equipamentos	10%	496	355	-	(67)	209
Equipamentos de comunicação	10%	50	18	-	(5)	38
Direito de uso software	20%	108	32	-	(40)	117
Benf. propriedade de terceiros	10%	11.873	-	-	-	11.934
Benf propriedade de terceiros - em andamento	-	2.120	-	-	-	933
<b>Total</b>		<b>26.840</b>	<b>818</b>	<b>(279)</b>	<b>(1.118)</b>	<b>25.932</b>

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Deprec./ Amort. No período	Valor Depreciável 31/12/2016
Obras civis	4%	11.575	523	-	(627)	11.679
Móveis e utensílios	10%	601	28	(11)	(137)	721
Equip. processamentos dados	20%	285	112	(1)	(155)	329
Veículos	20%	240	226	-	(56)	70
Máquinas e equipamentos	10%	209	63	-	(53)	199
Equipamentos de comunicação	10%	38	32	-	(3)	9
Direito de uso software	20%	117	63	-	(33)	87
Benf. propriedade de terceiros	20%	11.934	2.150	-	(5.191)	14.975
Benf propriedade de terceiros - em andamento	-	933	-	(1.232)	-	2.165
<b>Total</b>		<b>25.932</b>	<b>3.197</b>	<b>(1.244)</b>	<b>(6.255)</b>	<b>30.234</b>

O custo de aquisição do imobilizado, ou custo histórico, inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Não há indícios de valorização dos saldos acima de seus respectivos valores de venda líquido ou de uso (valores dos fluxos de caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente), conforme atestado em laudo de avaliação do Imobilizado.

#### Alteração na taxa da amortização das Benefeitorias em Propriedades de Terceiros

A EMGEPRON, por ser uma Empresa Pública, tem a prerrogativa de investir o saldo remanescente de seu lucro líquido em Benefeitorias de propriedade da União. Usualmente, tem aplicado sua Reserva de Retenção de Lucros em projetos de expansão e modernização da Marinha do Brasil, com o intuito de obter retorno na forma de faturamento, uma vez que a MB é o seu principal cliente. Ocorre que, em virtude da atual conjuntura econômica do país, ocasionando a redução de encomendas por parte da MB, atestou-se por meio de um laudo em 31 de janeiro de 2018, que o retorno dos investimentos, diferentemente do que se esperava no início dos projetos, está previsto para ocorrer em cerca de dez anos. Dessa forma, a partir de 2018, a taxa utilizada para amortizar tais investimentos passou de 20% para 10% ao ano.

#### 14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
Provisão para férias	9.556	9.676
INSS a recolher	1.763	1.875
FGTS a recolher	597	431
<b>Total</b>	<b>11.916</b>	<b>11.982</b>

#### 15 – ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
Fraternidade São Francisco de Assis	5.420	4.720
DPC	2.236	-
COGESN	873	-
CMS	838	-
DCTIM	488	-
Empresa AMPORT	409	-
ComOpNav	372	481
GNHO	41	1.668
Standard Marconi	-	906
DSAM/FAJ	-	463
Outros	730	283
<b>Total</b>	<b>11.407</b>	<b>8.521</b>

#### 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
COFINS a recolher	1.951	3.177
IRRF a recolher	1.101	694
ICMS a recolher	870	96

ISS a recolher 536 692  
 PASEP a recolher 363 657  
 Diferimento da COFINS 274 1.172  
 Outros 159 439  
 Diferimento do IRPJ 63 194  
 Diferimento do PASEP 60 254  
 Diferimento do CSLL 23 69  
**Total 5.400 7.444**

#### 17 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Representa os recursos reservados para atender ao PAMSE, administrado pela própria Empresa. Os recursos encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

#### 18 – GARANTIAS RECEBIDAS

A Empresa, buscando garantir-se contratualmente em determinados serviços, solicita ao contratado garantias financeiras em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

#### 19 – DIVIDENDOS

A EMGEPRON tem adotado como política de distribuição de dividendos de remunerar a União com pagamento de juros sobre o capital próprio limitando a TJLP.

A Empresa contabilizou em dezembro de 2018 a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 10.801 mil (a proposta em 2018 foi de R\$ 181 mil), que não excedeu a 50% do lucro e nem à variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme critério determinado pela Lei nº 9.430/96. Esses juros poderão ser compensados com os dividendos mínimos obrigatórios, conforme faculta a legislação vigente, e submetidos aos Conselhos Fiscal e de Administração da Empresa e ao Ministro da Fazenda, segundo determina o art. 4º do Decreto nº 2.673/98.

#### 20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
a) Provisão para Contingências Fiscais	3.228	3.228
b) Provisão para Passivos Trabalhistas	1.256	601
c) Provisão para Riscos Administrativos	32	808
<b>Total</b>	<b>4.517</b>	<b>4.637</b>

A Administração da Empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Refere-se à intimação para a Empresa recolher o valor de R\$ 2.946 mil (atualizados) pela Comunicação nº 705/2011 da SRF. O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Créditos estes que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A Empresa, não conformada, recorreu ao Judiciário para anular a decisão;  
 b) São provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis êxitos pelos empregados; e  
 c) São provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis êxito por terceiros.  
 De acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

1) Os valores Estoque – MPI – FAJ referem-se, basicamente, aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na produção de munição na FAJCMC, para atender a encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

#### 10 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS

	2018	2017
	R\$/1.000	R\$/1.000
1) Depósitos para recursos trabalhistas	7.910	5.756
2) Depósitos para recursos tributários	6.694	6.454
3) Depósitos para recursos administrativos	-	351
<b>Total</b>	<b>14.604</b>	<b>12.561</b>

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Deprec./ Amort. No período	Valor Depreciável 31/12/2017
Obras civis	4%	11.047	-	-	(627)	11.575
Móveis e utensílios	10%	498	43	(71)	(131)	601
Equip. processamentos dados	20%	326	197	-	(157)	285
Veículos	20%	322	173	(208)	(91)	240
Máquinas e equipamentos	10%	496	355	-	(67)	209
Equipamentos de comunicação	10%	50	18	-	(5)	38
Direito de uso software	20%	108	32	-	(40)	117
Benf. propriedade de terceiros	10%	11.873	-	-	-	11.934
Benf propriedade de terceiros - em andamento	-	2.120	-	-	-	933
<b>Total</b>		<b>26.840</b>	<b>818</b>	<b>(279)</b>	<b>(1.118)</b>	<b>25.932</b>

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Deprec./ Amort. No período	Valor Depreciável
--	-----------------------------	------------------------------	------------	--------	----------------------------	-------------------

financeira dos clientes envolvidos.

Este risco é mitigado em função de, na maioria dos contratos celebrados, o recebimento das vendas acontecer antecipadamente ou amparado por garantias financeiras. Além disso, convém destacar que cerca de 67% do faturamento da Empresa resulta de contratos com a Marinha do Brasil.

#### **b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros.

Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos.

Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas.

#### **c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações das taxas de juros, câmbio, inflação etc, influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos da Empresa.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Comum e Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras.

Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente dos mesmos refere-se a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustado de acordo com o dissídio das categorias.

#### **35 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da Empresa nos exercícios e foi elaborada pelo método direto, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais. Conforme previsão do pronunciamento contábil CPC 03, segue abaixo a conciliação do lucro líquido:

<b>Conciliação do lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	R\$/1.000	R\$/1.000
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>45.466</b>	<b>762</b>
Ajustes:		
- Depreciação no exercício	1.178	6.255
- Baixa de bens do ativo imobilizado	15	12
- Constituição de provisão para perdas fiscais	-	-
- Reversão de provisão no exercício	-	475
- Variação monetária	603	1.595
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>47.262</b>	<b>9.099</b>
Aumento do contas a receber (Redução) / aumento dos impostos a recuperar	4.626 (5.668)	3.255 4.098
Aumento (redução) de depósitos em garantia	7.881	(2.295)
(Redução) / aumento de adiantamentos	(17.692)	1.464
Aumento (redução) de estoques	1.237	(428)
Redução do depósitos para recursos	(2.043)	(5.364)
Redução do ativo investimentos	(804)	(1.224)
(Redução) / aumento do ativo imobilizado	(908)	4.301
(Redução) / aumento de gerenciamento de recursos MB	(10.372)	614
Aumento de antecipações de clientes	2.648.586	3.240
Variação de outros circulantes no exercício	(6.393)	(16.136)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>2.665.712</b>	<b>624</b>

#### **36 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

#### **37 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS**

Os valores das maiores e das menores remunerações brutas da Empresa, incluídas as vantagens e benefícios, excluídas as parcelas variáveis e eventuais, foram os seguintes:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	R\$/1.000	R\$/1.000
Maior remuneração dos empregados	27.167	25.472
Menor remuneração dos empregados	1.004	1.029
Remuneração média dos empregados	5.815	4.961

A Empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

#### **38 – ASPECTOS AMBIENTAIS**

A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### **DIRETORIA**

FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA

Diretor-Presidente

RODRIGO OTAVIO FERNANDES DE HÔNKIS

Diretor Técnico-Comercial

MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA

Diretor Administrativo-Financeiro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

LUIZ HENRIQUE CAROLI

Presidente

PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR

EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR

MARCOS INOI DE OLIVEIRA

FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA BASILIO

RENATO ROSEMBERG

MURILO CESAR LYRIO CARDOSO

**CONSELHO FISCAL**

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

ALEXANDRINO MACHADO NETO

GILBERTO TADEU STANZIONE

**CONTADOR**

EXPEDITO REZENDE LEMOS

CRC-RJ 46.158-0

#### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS**

À

Diretoria da

**Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON**

CNPJ 27.816.487/0001-31

Rio de Janeiro - RJ

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em

nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Auditoria correspondente ao exercício anterior**

Os valores individuais, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, utilizadas para fins de comparabilidade foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 19 de fevereiro de 2018 relatório de auditoria sem ressalvas.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor**

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Maringá – PR., 08 de fevereiro de 2019.

**AGNALDO APARECIDO DE SOUZA**  
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0  
**SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S**  
CRC-PR 004940/O-6